



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

NICODEMOS BARROS FIDELIS

**LEVANTAMENTO DAS PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO - RIACHÃO DO
BACAMARTE - PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2023**

NICODEMOS BARROS FIDELIS

**LEVANTAMENTO DAS PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO – RIACHÃO DO
BACAMARTE - PB**

Trabalho monográfico apresentado à Banca Examinadora da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia. Sob orientação da Prof^ª. Dra. Martha Priscila Bezerra Pereira.

CAMPINA GRANDE – PB
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA DE: NICODEMOS BARROS FIDELIS

TÍTULO DA PESQUISA: LEVANTAMENTO DAS PLANTAS MEDICINAIS
UTILIZADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO - RIACHÃO DO
BACAMARTE - PB

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Campina Grande (PB), 05 de dezembro de 2023.

Prof.(a): Dra. Martha Priscila Bezerra Pereira (UFCG – Orientadora)



Documento assinado digitalmente
SERGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO
Data: 20/12/2023 11:19:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.: Dr. Sergio Luiz Malta de Azevedo (Examinador)

Documento assinado digitalmente

Prof.: Dr. ZENON SABINO DE OLIVEIRA

Data: 19/12/2023 18:03:33-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

OT)

Universidade Federal de Campina Grande
Rua Aprigio Veloso, 882, Cidade Universitária

A comunidade do Quilombo Grilo que sempre me recebeu de braços abertos, sorriso largo no rosto, e boa prosa. Aos que guardam na mente e no coração as memórias de seus antepassados, e no olhar o orgulho da luta vencida.

AGRADECIMENTOS

Acredito em um SER maior e criador. O meu Deus Jeová, todo poderoso, em que carrego dentro de mim. A ele que mim conduz dedico toda minha gratidão.

À Geografia e a Licenciatura por conduzir ao aprender a analisar criticamente a relação entre a sociedade e a natureza, que tem como resultante a produção do espaço geográfico, onde tive em meu caminho amantes da Geografia física e da Geografia Humana fazendo deste curso uma única Geografia.

À Professora Dra. Martha Priscila Bezerra Pereira, minha orientadora, por ter acreditado, pela troca de experiências, pelas cobranças e em insistir que era possível, por abrir as portas dos arquivos do Grupo de Pesquisa Pró-saúde Geo que foi de grande ajuda em busca de novas referências, base de um trabalho científico, seja para confirmar os achados ou para apresentar algo novo.

A todos os Professores que contribuíram de forma gigantesca em minha formação acadêmica projetando em mim bons exemplos do SER professor. Zenon Sabino de Oliveira, Sergio Luiz Malta de Azevedo, Ramonildes Alves Gomes, Karine Viana Amorim, **Martha Priscila Bezerra Pereira**, Aline Barboza de Lima, José Ivonaldo Holanda de Almeida, Sergio Murilo Santos de Araújo, Katia Cristina Ribeiro Costa, Debora Coelho Moura, Thiago Romeu de Souza, Xisto Serafim de Santana de S. Júnior, Luiz Eugênio Pereira de Carvalho, Marithiça Flaviana Florentino da Silva, Herwerthon Alves da Silva, Cassio Expedito Galdino Pereira, Sônia Maria de Lira, Shayane Tayana Martins, Dalila Casteliano de Vasconcelos, Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos, Carlos Augusto de Medeiros, Joedson Brito dos Santos, Janaina Barbosa da Silva e Lincoln da Silva Diniz, minha eterna gratidão.

Aos colegas de sala, que compartilharam comigo as dificuldades e alegrias do curso, que estiveram sempre ali, junto, de mãos dadas, um ajudando ao outro formando uma família do coração.

À minha família que nunca mim permitiram desistir. Minha esposa, meus filhos, meus pais, irmãos e sobrinhos tenho todos em meu coração.

RESUMO

O Brasil teve em seu período colonial e imperial o uso de mão de obra escrava compostas por homens e mulheres negros trazidos da África, na bagagem a memória de um povo rico em tradições e conhecimento no manuseio da terra, na utilização das plantas para sua alimentação e tratar doenças passando esses saberes de geração a geração. Na busca pela liberdade em fuga do regime opressor mantido pelos colonizados formaram por todo Brasil Comunidades Quilombolas símbolo da luta e resistência do povo Negro. Este estudo tem como objetivo realizar um levantamento das plantas medicinais utilizadas na comunidade quilombola Grilo em Riachão do Bacamarte – PB. Para isso foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento de referências; b) levantamento documental e; c) aplicação de questionários. Foram encontrados os seguintes resultados: Os 30 entrevistados eram predominantemente mulheres (76.6%), os idosos e detentores dos saberes representam 20%, e 56.7% buscam primeiro tratamento com plantas medicinais em caso de doença na família, com alto grau de satisfação dos 73,4% dos entrevistados. Embora esta pesquisa aponte claramente o uso de plantas medicinais por seus moradores, no PEC mostra que nem um dos 269 autodeclarados quilombolas fazem uso, e a falta de interação comunidade/UBS está claro nos 93,4% dos entrevistados ao afirmar que médicos e enfermeiros nunca lhes recomendou o uso de plantas medicinais como tratamento à saúde, apontado neste trabalho a necessidade de melhor integração entre a cultura local e os trabalhadores da saúde a fim de troca de conhecimentos, valorização da cultura local e respeito as tradições.

Palavras-chave: plantas medicinais; população quilombola; Comunidade do Grilo; Riachão do Bacamarte – PB.

ABSTRACT

Brazil had in its colonial and imperial period the use of slave labor made up of black men and women brought from Africa, in the baggage the memory of a people rich in traditions and knowledge in handling the land, in the use of plants for their food and treat diseases by passing this knowledge from generation to generation. In the search for freedom in escape from the oppressive regime maintained by the colonized, Quilombola Communities were formed throughout Brazil, a symbol of the struggle and resistance of the Black people. This study aims to carry out a survey of medicinal plants used in the Grilo quilombola community in Riachão do Bacamarte – PB. For this, the following methodological procedures were used: a) survey of references; b) documentary survey and; c) application of questionnaires. The following results were found: The 30 interviewees were predominantly women (76.6%), the elderly and those with knowledge represent 20%, and 56.7% first seek treatment with medicinal plants in case of illness in the family, with a high degree of satisfaction among 73.4% of respondents. Although this research clearly points to the use of medicinal plants by its residents, in the PEC it shows that not one of the 269 self-declared quilombolas use them, and the lack of community/UBS interaction is clear in the 93.4% of interviewees who state that doctors and nurses never recommended the use of medicinal plants as a health treatment, this work pointing out the need for better integration between local culture and health workers in order to exchange knowledge, value local culture and respect traditions.

Keywords: medicinal plants; quilombola population; Grilo Community; Riachão do Bacamarte – PB.

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Fases processuais das Comunidades Quilombolas no estado da Paraíba.....	17-18
Quadro II - Município de nascimento dos moradores da comunidade do Grilo - Riachão do Bacamarte – PB.....	26
Quadro III - Faixa etária dos respondentes que residem na comunidade do Grilo em Riachão do Bacamarte – PB.....	27
Quadro IV - Gênero e estado civil dos respondentes que residem na comunidade do Grilo em Riachão do Bacamarte – PB.....	27
Quadro V - Faixa de renda dos respondentes que residem na comunidade do Grilo em Riachão do Bacamarte – PB.....	27
Quadro VI - Ocupação dos respondentes que residem na comunidade do grilo em Riachão do Bacamarte – PB.....	28
Quadro VII - Grau de escolaridade dos respondentes que residem na comunidade do Grilo em Riachão do Bacamarte – PB.....	30
Quadro VIII - Comorbidades autorreferidas pelos respondentes que residem na comunidade do grilo em Riachão do Bacamarte – PB.....	31
Quadro IX - Forma de obtenção das plantas medicinais pelos respondentes da comunidade do Grilo em Riachão do Bacamarte – PB.....	32
Quadro X - Plantas medicinais identificadas na comunidade quilombola do Grilo em Riachão do Bacamarte – PB.....	38-40
Quadro XI - Plantas medicinais utilizadas, mas que são compradas por não serem encontradas naturalmente na Comunidade do Grilo em Riachão do Bacamarte-PB.....	40

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Ruínas do engenho Santo Antônio, com chaminé de fogo morto – Serraria – PB.....	14
Foto 2: Líder quilombola Paquinha apresenta Auto de Emissão de Posse das terras encravada na Comunidade Quilombola Grilo em Riachão do Bacamarte.....	19
Foto 3: Quilombola Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – PB.....	20
Fotos 4 e 5: Tradições quilombolas da Paraíba.....	21
Foto 6: Quilombo Pedra D'água, Ingá – PB.....	23
Foto 7: Quilombola Grilo de cima antes do calçamento, Riachão do Bacamarte - PB.....	23
Foto 8: Quilombo Matias, Serra Redonda – PB.....	24
Foto 09: Acesso para o Grilo de Cima.....	29
Foto 10: Pavimentação da Comunidade Quilombola Grilo.....	29
Foto 11: Quintal de uma casa quilombola.....	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rotas da escravidão.....	13
Figura 2 - Relatório de cadastro individual.....	34

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de localização do Quilombo Grilo em Riachão do Bacamarte.....25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ANVISA	Agencia Nacional de Vigilância Sanitária
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
CF	Constituição Federal
DFQ	Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas
DOU	Diário Oficial da União
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PEC	Prontuário Eletrônico do Cidadão
PIC	Práticas Integrativas e Complementares
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
STF	Supremo Tribunal Federal
UBSF	Unidade Básica de Saúde da Família

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10-11
2	O PAPEL DO NEGRO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL PARAIBANA	12-16
3	A CONQUISTA DA TERRA QUILOMBOLA	17-22
3.1	A formação quilombola na comarca de Ingá – PB	22-24
3.2	O Quilombo Grilo	24-33
3.3	A importância do papel do agente comunitário de saúde na comunidade quilombola	33-35
4.	PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS UTILIZADOS	36-40
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6.	REFERÊNCIAS	42-44

1. INTRODUÇÃO

O estudo das plantas medicinais usadas nos quilombos é uma ferramenta para manter registrada esse fragmento cultural para gerações futuras, com levantamento das espécies cultivadas e utilizadas por eles, e sua aplicabilidade no cotidiano destes povos.

O presente trabalho foi pensado após observar que dentro dos muitos elementos culturais nas comunidades quilombolas o uso de plantas medicinais resiste entre os mais velhos (VIEIRA, 2019, p. 29-30), (SILVA e MARIZ, 2019, p. 8-10), havendo a necessidade de levantamento da variedade de plantas medicinais ali existente e utilizada para fins terapêuticos conservando esses registros para estudos posteriores, sendo esta Comunidade Quilombola Grilo localizada no município de Riachão do Bacamarte – PB. Fazendo para isso um levantamento junto a seus moradores, por meio de questionário, quanto as espécies das plantas utilizadas ali existente e satisfação com a eficácia, sabendo que conta com 269 moradores (PEC, 2023). Teve uma amostragem de 30 moradores de famílias diferentes do Quilombo Grilo que responderam ao questionário.

Após anos de exploração escrava no Brasil é possível encontrar distribuído por diversas regiões do território nacional comunidades remanescentes de quilombos. Os quilombos eram considerados locais de grande aglomeração de negros opositores ao regime escravista do Brasil colônia e Imperial (REIS e GOMES, 2016, p. 9-28). Cem anos após a abolição da escravatura no Brasil por meio da Lei Áurea, essas comunidades passam a ter o direito a terra quilombola garantida pela constituição de 1988, quando o termo “quilombo” teve seu conceito ampliado, sendo estas comunidades toda área ocupada por remanescentes dos antigos quilombos (SOUZA, 2012, p.19099).

O território do Grilo, por sua formação com traços históricos e culturais muito fortes que remetem a um passado de opressão com trabalho forçado em troca de alguns poucos benefícios, onde, segundo Maracajá (2013, p. 53) afirma que:

“Os quilombolas da Comunidade do Grilo se reconhecem como uma comunidade negra rural. Eles possuem uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicos, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica sofrida, conforme estabelece o artigo 2º do Decreto nº 4. 887, de 20 de novembro de 2003”.

Comprovado e reconhecido em 12 de maio de 2006 por meio de publicação de Certidão FCP, no DOU RTID, segundo fonte do Incra-DFQ. Em que a Comunidade Quilombola Grilo recebe a posse das terras que outrora servira de refúgio para seus ancestrais com base no Decreto de Lei 4.887/2003 em que no Art. 2º considera remanescente das

comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003), e validade pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo geral realizar um levantamento das plantas medicinais utilizadas na comunidade quilombola do Grilo para fins terapêuticos, e quantificar o grau de satisfação dos moradores da Comunidade Quilombola Grilo quanto ao uso das plantas medicinais utilizar na Comunidade para fins terapêuticos, observar a relação entre a UBS e a comunidade no tocante ao uso de plantas medicinais, compreender a importância das plantas medicinais para a conservação deste traço cultural na Comunidade Quilombola Grilo como objetivos específicos.

Este estudo ficou dividido em 4 capítulos, além desta introdução (que já se configura como capítulo 1) e das considerações finais. No capítulo 2 “O papel do negro na formação territorial paraibana” disserta um pouco sobre como a etnia de origem africana ocupou e interferiu na formação territorial do estado da Paraíba até o século XX. No capítulo 3 “A conquista da terra quilombola” trata do histórico de ocupação do local e perfil atual da “terra quilombola” a partir dos participantes da pesquisa. No capítulo 4 “Plantas medicinais e fitoterápicos utilizados” apresenta a execução do objetivo deste trabalho, o levantamento das plantas medicinais utilizadas na comunidade quilombola para fins terapêuticos.

2. O PAPEL DO NEGRO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL PARAIBANA

Os africanos chegaram ao território paraibano nos mesmos anos que os portugueses iniciaram a conquista das terras indígenas ao norte da Capitânia de Pernambuco. É comum encontrar em livros didáticos do ensino regular registros de imagens e documentos deste período sobre a presença de população africana escravizada nas primeiras expedições militares que partiram de Pernambuco para a conquista da Paraíba. O autor de “História da Paraíba: A conquista e a fundação”, Leandro Lima Lira (2006), traz o seguinte relato: “Para as jornadas o Ouvidor Geral Martim Leitão formou uma tropa constituída por brancos, índios, **negros escravizados** (grifo meu) e até religiosos. Quando aqui chegaram se depararam com índios que sem defesa, fogem e são aprisionados. Ao saber que eram índios Tabajaras, Martim Leitão manda soltá-los, afirmando que sua luta era contra os Potiguaras (rivais dos Tabajaras)” (LIRA, 2006, p. 2). Os negros africanos trazidos ao estado primeiramente para expulsar os franceses e depois na ocupação da terra dado pelos colonizadores em torno da exploração econômica da cultura do açúcar, definido entre as últimas décadas do século XVI até meados do século XVII intensificou o comércio de cativos africanos para trabalhar nos engenhos de cana de açúcar sendo os mesmos submetidos a vários tipos de castigos como forma de disciplinar os que apresentavam algum tipo de resistência (BARCELLOS et al, 2014).

Esses africanos eram vistos como mercadoria e eram tratados como tal, qualquer manifestação de rebeldia era imediatamente retalhada com chibatadas, e as semelhanças com o tratamento dado aos animais são verídicas uma vez que as mulheres eram forçadas a manter relações sexuais com homens negros mais fortes e trabalhadores, com o objetivo de nascer gerações com tais características. Comiam o que era refugado da casa grande (moradia dos senhores dos engenhos) e vestiam trapos (GALISA, 1999). Essa relação da “lógica da colonização” consolidou-se com o trabalho das primeiras gerações de africanos aqui chegados e seus descendentes, onde os primeiros desembarcavam em Pernambuco passavam pelas terras de Itamaracá e se vinculavam à sociedade colonial instalada, sob o já mencionado signo da violência, nos territórios ocupados por Tabajaras e Potiguaras na várzeas do rio Paraíba, conquistado para os negócios do açúcar e do próprio tráfico de negros vindos da África, principalmente do Congo e de Angola (LIMA, 2010, p. 25-27).

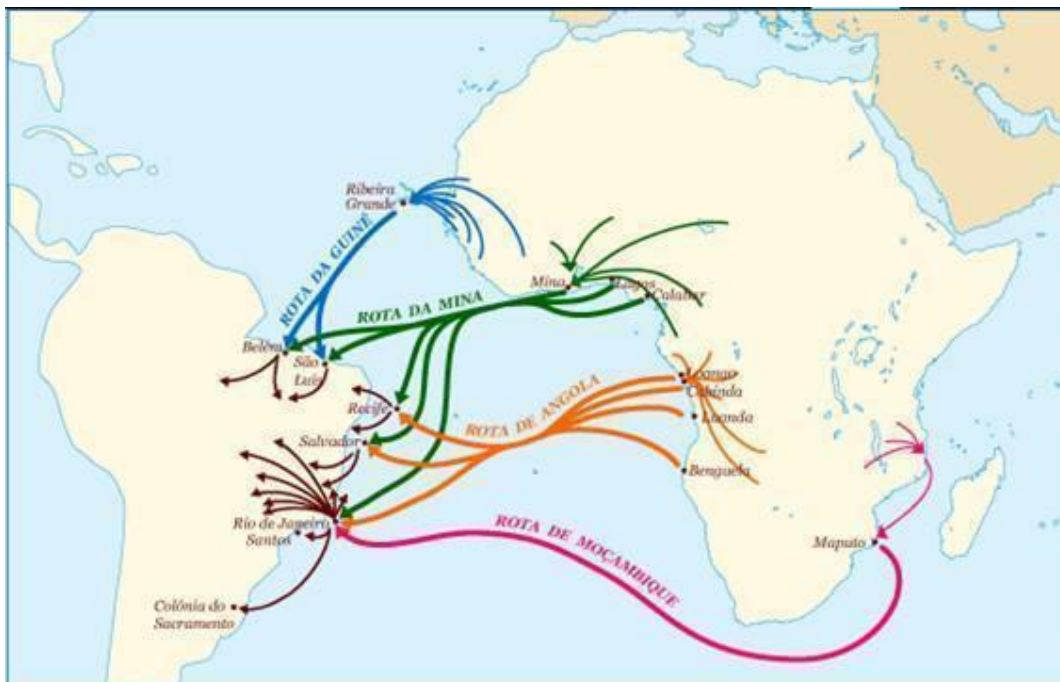


Figura 1: Rotas da escravidão, Fonte: Geledés.org.br (2018)

Como podemos observar na Figura acima, constam as quatro principais rotas realizadas pelos navios negreiros com destino para o Brasil no período colonial, sendo elas a rota da Guiné, na porção da África setentrional e as rotas da Mina, Angola e Moçambique na porção da África saariana. Mina e Angola são as rotas que conduziam forçosamente os negros da África para o Recife e de lá eram trazidos até a Paraíba (JORGE. 2018, p.77-90)

Segundo Galliza e Porto (1999):

“A colonização da Paraíba, nos seus primórdios, constituiu uma expansão da agroindústria do açúcar de Pernambuco. João Tavares, Martim Leitão, Ambrósio Fernandes Brandão, Duarte Gomes da Silveira, o incentivador e financiador da colonização da Paraíba, fundaram engenhos na Capitania e recorreram a mão-de-obra escrava. A escravidão tornou-se o sustentáculo da economia açucareira, principalmente, na época colonial... O escravo negro foi imprescindível à expansão da atividade açucareira. Gilberto Freyre e padre Antônio Vieira enfatizaram que a cultura da cana de açúcar só se tornou possível devido à utilização da mão-de-obra africana. Na medida em que os engenhos proliferavam na Paraíba, o tráfico negreiro aumentava. Entre os proprietários de engenho e detentores de escravos citamos as ordens religiosas, aqui estabelecidas: os jesuítas, os franciscanos, os carmelitas, os beneditinos.”

Antes dos holandeses invadirem a Paraíba, havia 20 engenhos de açúcar na Paraíba, 18 em atividade e 2 de fogo morto. Termo eternizado na obra prima do paraibano da cidade de Pilar José Lins do Rego, “Fogo Morto” foi usado para caracterizar a engenho do Coronel

Lula de Holanda após sua propriedade deixar de produzir (REGO, 1996) Este conflito desestruturou a economia açucareira. Os engenhos foram saqueados, os canaviais queimados e com tudo isso muitos escravos fugiram (GALLIZA e PORTO. 1999). Nesta revisão de literatura não foi encontrado nenhum registro que comprove a formação de quilombos na Paraíba ocasionado por este fato histórico, porém infere-se que há essa relação.

Não sabemos quantos redutos escravos surgiram, nem onde se localizaram, em que, segundo Raspanti (2014), durante a permanência dos holandeses na Paraíba haviam apenas dois quilombos, os de Craúnas e Cumbe, provavelmente oriundos do quilombo de Palmares em Alagoas, onde os negros “provocavam desordem” invadiam casas queimavam e estimulavam a fuga de outros cativos.



Foto 1: Ruínas do engenho Santo Antônio, com chaminé de fogo morto – Serraria – PB
Fonte: Google imagens (2018)

Esses escravos fujões promovem talvez a primeira grande migração negra interna da Paraíba na busca pela liberdade. Saem para terras estado a dentro onde permita que desenvolvam atividades que possibilitem a sobrevivência do grupo.

Os segundos escravos oriundos da prole dos negros trazidos da África, já denominados “afro-paraibanos”, também estiveram presentes no mundo do trabalho com o avanço da sociedade colonial pelo Agreste, contorno da Borborema e confins do Sertão. Barcellos et al (2014) parafraseando a historiadora Regina Célia Gonçalves afirma que na medida em que se avançava no século XVIII, a economia da escravidão em crise

concorrencial com o açúcar produzido nas Antilhas, também com trabalho de africanos abriam-se “brechas camponesas” para lavradores, moradores e gente negra alforriada e liberta.

Quanto as formas de resistências, Silvestre (2015) afirma que:

“muitos quilombos foram formados na Paraíba, dentre os mais importantes podemos destacar Craúnas e o de Cumbe (hoje Usina São João) em Cruz do Espírito Santo. Tais quilombos teriam sido formados por negros remanescentes de Palmares e de negros que buscavam refúgio das fazendas canavieiras. Irineu Pinto afirma que a destruição do quilombo Cumbe se deu através da iniciativa particular de João Tavares de Castro que reuniu alguns de seus negros, contratou alguns soldados e conseguiu exterminar o quilombo de Cumbe.”

Na Paraíba não foi diferente do restante do Brasil no tocante ao tratamento dispensado aos negros vindos da África e seus descendentes, forçados a construir a economia deste país forjada a suor e sangue de uma migração forçada por séculos, trazendo consigo um patrimônio imaterial que hoje é parte constituinte da cultura nacional.

Segundo Lima (2010, p. 25-27), os senhores de engenho da Paraíba possuíam fazendas com atividades de criatórios no sertão da província, e no verão transportavam escravos para trabalhar na lida com os animais, embora acreditassem que os índios eram melhores que os negros, os mantinham como sinal de status social, principalmente nas cidades de Taperoá e São João do Rio do Peixe.

Fortes (2015) traz outro caminho para a ocupação do Sertão afirmando que a Paraíba foi povoada em duas frentes: uma delas partiu do interior, em direção ao litoral, realizada por colonizadores vindos da Bahia ou de Pernambuco que, se estabelecendo no sertão, formaram fazendas de criação de gado; e outra que partiu do litoral e seguiu para o interior. Aos que escolhiam se fixar eram concedidas terras em sesmarias, que podiam variar entre uma e quatro léguas em quadro, dando origem, também no sertão, a um sistema fundiário baseado no predomínio das grandes propriedades, que perdura, em grande medida, até os dias atuais.

Quanto a abolição desses escravos que se deu no Brasil em 13 de maio de 1888, por meio de lei assinada pela Princesa Isabel de Bragança, na Paraíba, na cidade de Areia tal benesse ocorreu em 03 de maio de 1888, antes da Lei Áurea, quando a cidade de Areia entregou uma carta de alforria ao seu último escravo, tendo, portanto, essa cidade paraibana se antecipado ao ato da Princesa Isabel (BARCELLOS et al, 2014).

Uma boa parte dos senhores proprietários de escravos da Cidade de Areia defendiam que era mais lucrativo libertar seus cativos, pois receberia uma quantia por seus serviços movimentando o comércio local e estes trabalhariam melhor, uma vez que não seriam mais obrigados a executar funções que não eram de seu agrado.

A situação do Sertão, Brejo e Agreste paraibano era bem cômodo, após a abolição, pois havia nesta região uma grande quantidade de homens pobres e livres vivendo como agregados em suas propriedades, e que já desempenhavam, juntos com os escravos atividades ligadas a terra e a produção de gêneros agrícolas, principalmente o algodão (FERREIRA, 2017, p. 27-34).

Ainda como características das relações de trabalho na Paraíba, durante o período da escravidão, estendeu-se para além desse período e marcou a relação entre o proprietário e seus subordinados. A condição de homem livre e de escravo podia se confundir em algumas situações, mas pouco mudou na relação senhor-escravo ou transferir para o trabalhador assalariado situações típicas do trabalho escravo que predominou na criação de gado e na cultura do algodão (FERREIRA, 2017, p. 27-34).

Mudanças significativas ocorreram com a abolição da escravatura e a substituição do velho engenho de produção de açúcar por usinas nas primeiras décadas do século XX. Alguns remanescentes quilombolas simbolizam a resistência de um povo na manutenção da vida livre da opressão. Estudar esta história de nosso estado é manter viva a memória de tempo em que não devemos permitir seu retorno.

3. A CONQUISTA DA TERRA QUILOMBOLA

O reconhecimento por parte do Governo Federal, no tocante ao uso da terra e a quem lhes devem ser concedido de Direito ocorreu através do processo de regulamentação de terras das comunidades remanescentes de quilombolas, viabilizado pelo Artigo 68 da ADCT – CF 1988, possibilitou a emergência de identidades coletivas organizadas em torno de luta pelo reconhecimento de direitos de comunidades tradicionais, onde em sua maioria ainda estão em luta pela posse da terra como mencionado por Ferreira (2014), Silvestre (2015), Barcellos et al (2014).

Ainda Sundfeld (2002) questiona quanto a veracidade da existência de algumas comunidades remanescentes de quilombolas, afirmando que para serem reconhecidas como tal as mesmas devem ser constituídas por descendentes de escravos fujões ou por escravos que após esses quilombolas serem expulsos por fazendeiros da região, com a abolição da escravatura retornam para ocupar o que outrora lhe servira de refúgio, agora como moradores das propriedades onde passaram a trabalhar em condições não muito diferentes da anterior, mais com a esperança de dias melhores na certeza da liberdade conquistada.

Segue aqui, de acordo com o Quadro I, a relação das Comunidades Quilombolas na Paraíba em fase processual por município e Comunidades constando as datas de publicação da Certidão FCP no DOU RTID segundo fonte do INCRA-DFQ (2010).

QUADRO I – FASES PROCESSUAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	DATA DE PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
Conde	Mituaçú	19/08/2005	Não iniciado
Conde	Ipiranga	12/05/2006	Em andamento
Conde	Negra de Gurugi	28/07/2006	Em andamento
João Pessoa	Negra de Paratibe	28/07/2006	Concluído
Alagoa Grande	Caiana dos Crioulos	08/06/2005	Em andamento
Areia	Engenho do Bonfim	25/05/2005	Concluído
Areia	Engenho Novo Mundo	19/11/2009	Em andamento
Dona Inês	Cruz da Menina	10/04/2008	Coleta de dados
Gurinhém	Matão	25/05/2005	Concluído
Ingá	Pedra D'água	25/05/2005	Concluído
Riachão de Bacamarte	Grilo	12/05/2006	Concluído

Serra Redonda	Negra de Sítio Matias	28/07/2006	Não iniciado
Nova Palmeira/ Picuí	Serra do Abreu	04/11/2010	Não iniciado
Livramento	Sussuarana	09/12/2008	Não iniciado
Livramento	Areia de Verão	09/12/2008	Não iniciado
Livramento	Vila Teimosa	09/12/2008	Não iniciado
Livramento	Cacimbas Serra Feia	05/05/2009	Não iniciado
Cajazeirinhas	Umburaninhas	07/06/2006	Não iniciado
Cajazeirinhas	Vinhas	20/01/2006	Não iniciado
Catolé do Rocha	Curralinho	13/12/2006	Não iniciado
Catolé do Rocha	São Pedro de Miguéis	13/12/2006	Não iniciado
Catolé do Rocha	Negra Rural Lagoa Rasa	28/07/2006	Não iniciado
Coremas	Negra de Barreiras	07/06/2006	Coleta de dados
Coremas	Negra de Mãe D'Água	07/06/2006	Coleta de dados
Coremas	Negra de Santa Tereza	07/06/2006	Não iniciado
Coremas	Diamante Barra de Oitis	19/11/2009	Em andamento
Coremas	Sítio Vaca Morta	14/10/2009	Em andamento
Manaíra	Fonseca	19/11/2009	Em andamento
Santa Luzia	Serra do Telhado	04/06/2004	Não iniciado
Santa Luzia	Talhado Urbano	12/07/2005	Concluído
São Bento	Negra de Contendas	07/06/2006	Em andamento
São J. Princesa	Sítio Livramento	02/03/2007	Não iniciado
Tavares	Domingos Ferreira	04/08/2008	Não iniciado
Várzea	Pitombeira	08/06/2005	Em andamento

Fonte: INCRA – DFQ (2010).

Observado o disposto pelo INCRA contamos 34 comunidades quilombolas distribuídas pelo estado da Paraíba e confrontando com os dados do IBGE vamos contar 38 comunidades e a Fundação Cultural Palmares 39. Essa distorção se dá pela falta de

informações quanto a veracidade de algumas comunidades serem realmente remanescente de quilombos, assim como mostra os mapas a seguir de Monteiro (2013) e Silvestre (2014), onde teremos 35 comunidades no mapa elaborado por Monteiro (2013) e Silvestre (2014) se baseando em dados do INCRA consta 34 comunidades quilombolas, Ferreira (2017) aponta 39 comunidades afirmando que destas 37 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

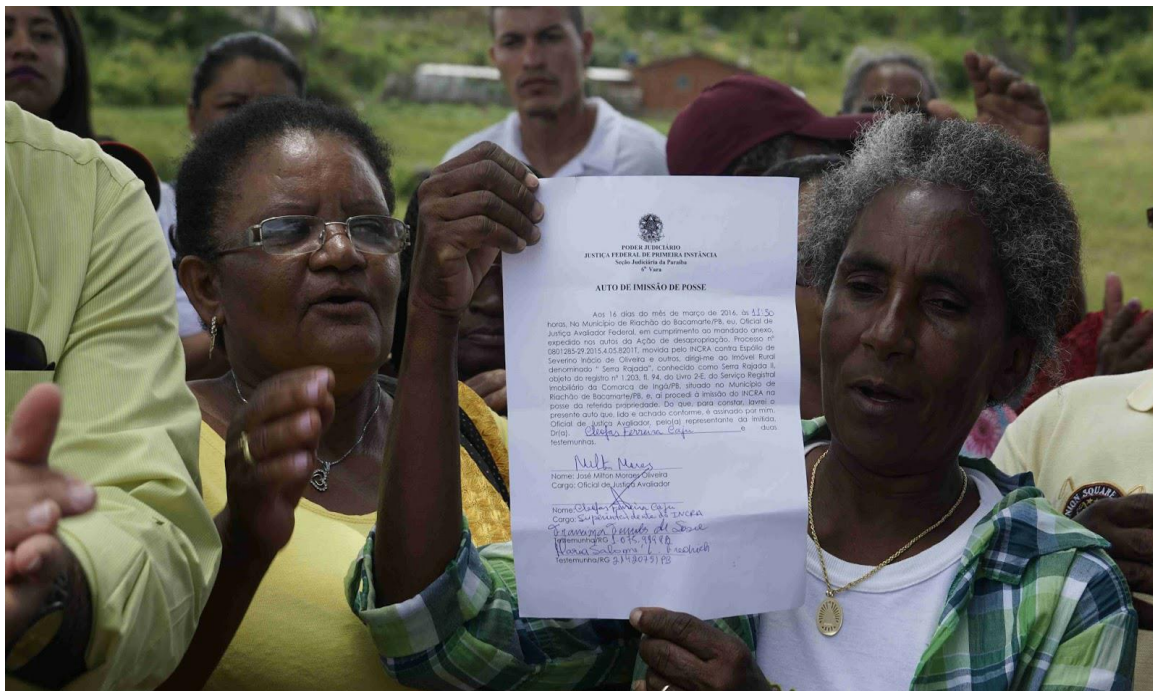


Foto 2: Líder quilombola Paquinha apresenta Auto de Emissão de Posse das terras encravada na Comunidade Quilombola Grilo em Riachão do Bacamarte. Fonte: Google imagens (2018)

Outra informação relevante para este trabalho é o pequeno número famílias ocupando essas áreas, sendo aproximadamente 2.500 famílias com 12.000 pessoas em todo estado, segundo Silvestre na comunidade de Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande, habitam 140 famílias, na comunidade Grilo, em Riachão do Bacamarte, moram 71 famílias onde tiveram direito a posse das terras com 139 hectares em março de 2016.



Foto 3: Quilombola Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – PB.
Fonte: Silvestre (2015)

Para onde vão seus descendentes? Qual o motivo desse êxodo dessas comunidades? Os que ficam, como vivem? Qual o meio de sobrevivência? São alguns questionamentos a serem feitos, mas, não vamos nos deter a estes fatos agora, deixaremos para estudos futuros.

As comunidades negras rurais atualmente reconhecidas como remanescentes de quilombos, formadas majoritariamente por famílias camponesas, participaram e participam do processo de produção do espaço agrário na Paraíba. A sua constituição está intrinsecamente relacionada ao passado escravista desse espaço e ao processo de formação rural paraibana.

As comunidades quilombolas da Paraíba compõem as cartografias do Brasil negro, sabendo que esses territórios tem nome, gente organizada, valores culturais e sentimento de presença que afloram na crença, na roda de coco e das cirandas, da culinária, na roda de farinha ou na pilagem do milho, são fenômenos que caracterizam essas comunidades que se auto definem como quilombolas pela ancestralidade africana, pelo alto grau de parentesco existente no território e na expressão da identidade coletiva mantida através dos tempos (BARCELLOS et al, 2014).



Fotos 4 e 5: Tradições quilombolas da Paraíba. Fonte: Google imagens (2018)

Lamentável que essa cultura esteja em fase final nas comunidades quilombolas, pois seus jovens não querem mais viver lá, seja pela distância dos centros urbanos, pela localização de difícil locomoção, ou pela falta de emprego e renda. Enfim, são muitos os motivos e pouca a esperança de melhorias, sejam pelas peculiaridades locais ou pelo abandono dos governos federal, estadual ou municipal.

A partir de observação cotidiana devido morar e trabalhar no município, observa-se que em Riachão do Bacamarte os mais jovens constituem família e vão morar no distrito de Serra Rajada ou na sede do município em loteamentos na periferia. Em Ingá as condições são as mesmas, como cita Ferreira (2017, p. 139-145), a Rua Ludovico de Melo Azedo e o bairro da Senzala não tem esses nomes por acaso, se repetindo em Serra Redonda e demais comunidades no estado da Paraíba.

As comunidades quilombolas em quase todo estado não são autossustentáveis em virtude das características peculiares da região nordeste. Consequentemente, os mais jovens abandonam as terras de seus pais e vão para a cidade, em geral, para trabalhar na construção civil ou fazendo pequenos bicos (LIMA, 2017, p. 79-83).

A trajetória histórica que compõe este trabalho é o mecanismo utilizado para elaboração deste material contando a difícil e dolorosa saída forçada dos negros africanos de sua terra natal para o Brasil no período colonial representado pela extração dos recursos naturais de suas colônias, Portugal determina a conquista das terras onde hoje chamamos de Paraíba.

A conquista do interior, Brejo, Agreste, Curimataú, Sertão, onde a lei da chibata causava revoltas e fugas, dando origem as comunidades remanescentes de quilombolas espalhadas do litoral ao Sertão, com seus traços culturais e a realidade presente de nossa contemporaneidade provocava o êxodo quilombola em busca de dias melhores. Não se pode deixar de ressaltar a importância dessas comunidades para o desenvolvimento da agricultura

familiar, característico de nosso estado, que deu tanto força na produção algodoeira do final do século XIX e início do século XX. (LIMA, 2010, p.25-27)

É relevante ressaltar que hoje elementos remanescentes de quilombolas engrossam os canteiros de obra pelo estado, participando ativamente do processo migratório estadual, alguns de retorno, vindos do sul e sudeste.

É nessa dinâmica constante de tantos elementos de lutas, sofrimentos e conquistas que se construiu a história negra da Paraíba, assunto de artigos, monografias, teses, livros e periódicos que acabaram por ajudar na elaboração deste trabalho.

Silva e Mariz (2019), Oliveira (2015), afirmam que o uso de plantas medicinais para fins terapêuticos faz parte da cultura das comunidades tradicionais e em especial nas comunidades quilombolas como forma de resistência e preservação da memória ancestral passada geração a geração, onde Lima (2017) afirma que:

“A cultura quilombola e a valorização da identidade negra no Brasil, também são temas que vem ganhando espaço no campo científico, em função das comunidades remanescentes espalhadas em diferentes lugares do país¹, que lutam pelo o reconhecimento da memória social de suas tradições e a valorização das práticas sociais identitárias de uma cultura que permanece viva e dotada de significados.”

Preservar essa cultura é manter viva à história do país rica em tradições tendo em vista a forte miscigenação que influenciou na constituição de um povo que sempre lutou por manter suas tradições, sejam os negros, indígenas ou até mesmo europeus, asiáticos ou de outras partes do mundo, sendo estes últimos vindos para esta terra, enquanto os negros foram trazidos forçosamente em um capítulo vergonhoso da história humana.

3.1. A formação quilombola na comarca de Ingá - PB

Ferreira (2017) relata em seu livro, O GLÁDIO, O CHICOTE E OS GRITOS que não se ouviram da senzala, que a falta de informações concretas sobre as comunidades quilombolas na Paraíba remonta de 1940, como ele explica no censo de 1940, a etnografia do município de Ingá – PB aparecia como sendo formado por portugueses, indígenas e brasileiros, sendo que o negro, segundo esse censo participou parcimoniosamente dessa informação.

¹ A exemplo das comunidades do Quilombo do Rosário (SE), Quilombos de Olinda (PE), Quilombo do Jaraquariquera (MA), Povoado Cruz em Del Miro Gouveia, no Sertão de Alagoas, Quilombo do Livramento (PB), entre outros.



Foto 6: Quilombo Pedra D'água, Ingá – PB. Fonte: Google imagens. (2018)

Segundo o mesmo autor, havia nesse período duas confrarias de negros na cidade, uma no então distrito de Pontina e outra na sede da cidade, neste mesmo período consta também a existência da comunidade Grilo, hoje após emancipação político/administrativa pertence a cidade de Riachão do Bacamarte. Há, portanto, uma distorção de informações quanto as comunidades quilombolas na Paraíba.



Foto 7: Quilombola Grilo de cima antes do calçamento, Riachão do Bacamarte - PB. Fonte: Próprio autor (2018)

O censo de 2012 aponta três comunidades quilombolas localizadas na comarca de Ingá: Pedra D'água em Pontina, Grilo em Riachão do Bacamarte e Matias em Serra Redonda que outrora fora também distritos de Ingá.

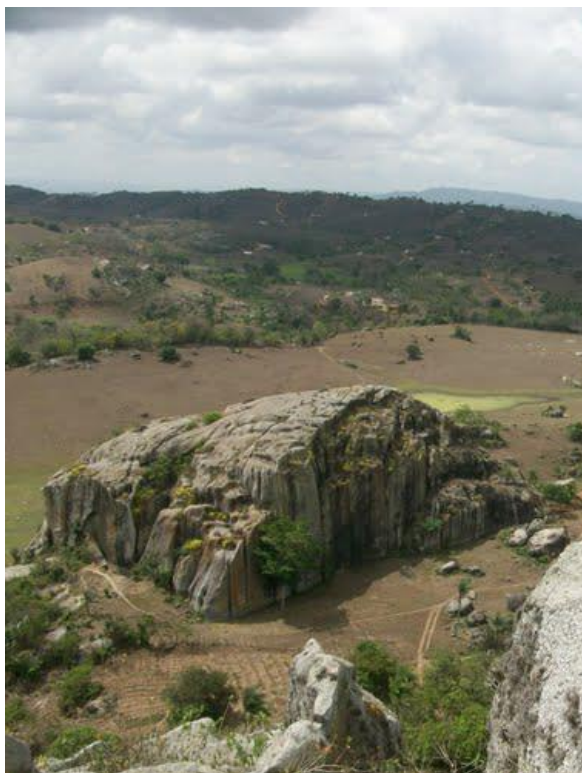
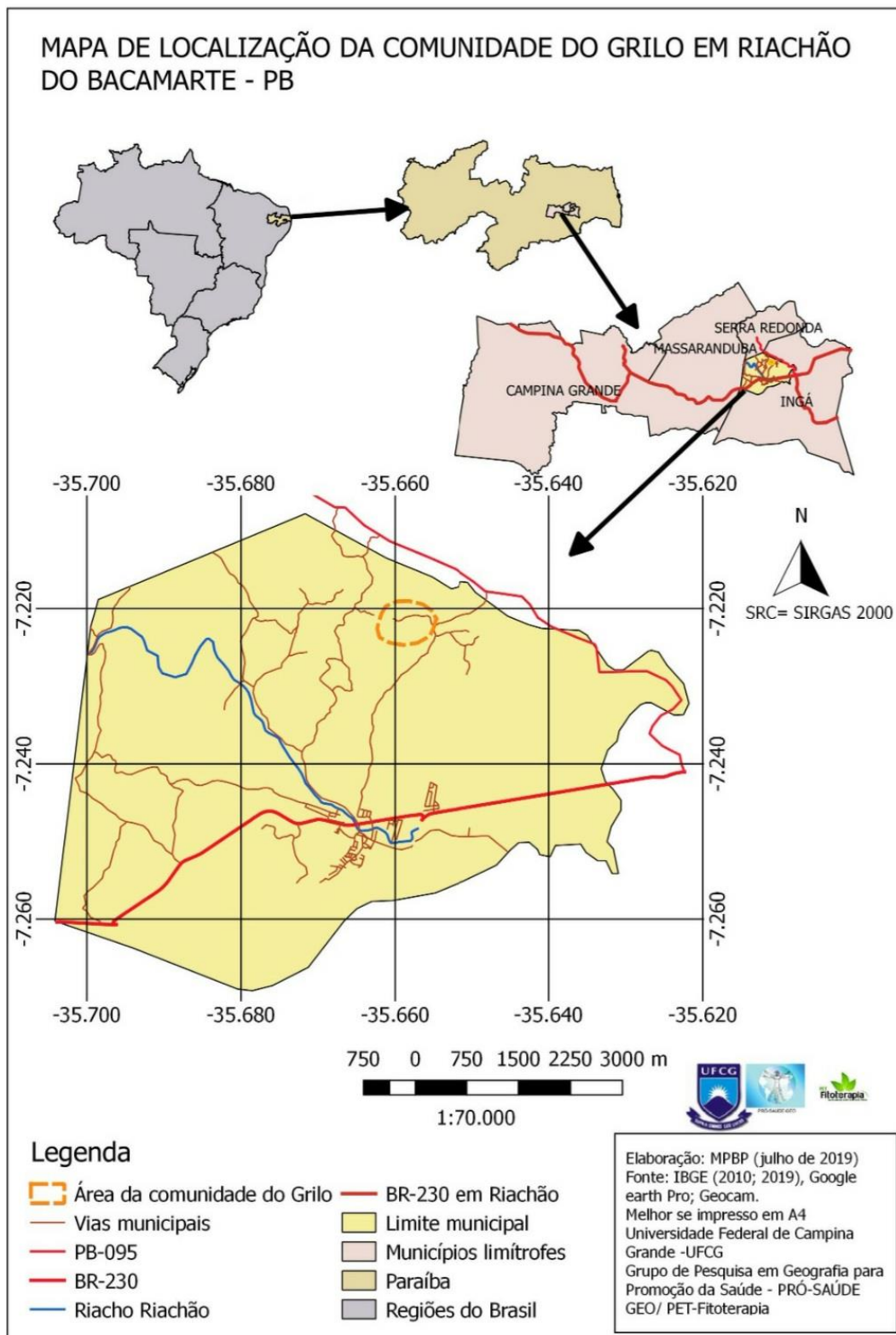


Foto 8: Quilombo Matias, Serra Redonda – PB
Fonte: Google Imagens (2018)

3.2. O Quilombo Grilo

Localizada no Distrito de Serra Rajada, em uma área de difícil acesso na zona rural do município de Riachão do Bacamarte – PB, tem como divisa os municípios de Ingá, Serra Redonda e Massaranduba, e está inserido na região metropolitana de Campina Grande – PB e na microrregião da Itabaiana, com área territorial de 40.281 Km² e densidade demográfica de 116,43 hab./Km² e população de 4.690 habitantes em 2022, segundo informações coletadas pelo IBGE em 2022 (BRASIL, 2022), destes, 269 estão inseridos na Comunidade Quilombolas Grilo que fica em um dos pontos mais altos do município, contendo uma escola municipal com o ensino fundamental anos iniciais, uma capela da Igreja Católica, uma Igreja Evangélica e uma sede da Associação dos Moradores do Quilombola Grilo.



Mapa 1: Mapa de localização do Quilombo Grilo em Riachão do Bacamarte.
 Fonte: Pereira (2019)

Em 2006 foi reconhecida oficialmente como uma comunidade remanescente Quilombo, o que possibilitou a conquista da posse das terras em que estão inseridos, num total de 139 hectares.

Riachão do Bacamarte já pertenceu ao município de Ingá na condição de Distrito, os que nasciam nesta localidade tinham seus registros de nascimentos com naturalidade de Ingá e não como sendo de Riachão do Bacamarte, que só conquistou sua emancipação político administrativa em 1994 mediante Lei estadual Nº 5.920 de 29 de abril 1994, o que justifica o fato dos entrevistados afirmarem terem nascidos em casa, na Comunidade Quilombola Grilo, mas, dos 63.4% tem seus registros de nascimento apontam que são naturais do município de Ingá, e apenas 6.7% como nascidos em Riachão do Bacamarte, resultado também encontrado por Maracajá (2013, p.52), e representado nesta pesquisa conforme mostra o quadro II abaixo.

QUADRO II – MUNICÍPIO DE NASCIMENTO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DO GRILO - RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Naturalidade	Q	%
Campina Grande	6	20
Ingá	19	63.4
Recife	1	3.4
Riachão do Bacamarte	2	6.7
Massaranduba	1	3.4
Serra Redonda	1	3.4

Fonte: trabalho de campo realizado em novembro de 2023.

Após a posse das terras é possível notar a construção de algumas poucas residências novas, e outras mais antigas em estado de abandono devido a mudança para a ladeira que dá o acesso para a comunidade pelos mais velhos. O que justifica o baixo número de idosos entrevistados frente aos com idade entre 18 e 39 anos, que totalizam 50.1% para 20% dos acima de 60 anos, resultado diferente do encontrado por Silva e Mariz (2019, p.10), onde os entre 20 e 39 anos eram 36% e os acima de 60 anos eram 24%, representando uma diminuição no número de idosos e aumento no número dos mais jovens.

QUADRO III – FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES QUE RESIDEM NA COMUNIDADE DO GRILO EM RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Faixa etária	Q	%
20 – 29	8	26.7
30 – 39	7	23.4
40 – 49	5	16.7
50 – 59	4	13.4
< 60 anos	6	20

Fonte: Trabalho de campo realizado em novembro de 2023.

Destes 30 entrevistados 76.6% são mulheres e 60% casados. A baixa presença de homens na pesquisa se justifica pelo fato de ter sido feita em horário comercial, compreendido entre as 8:00 horas até as 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, estando estes em seus trabalhos, seja no roçado, ou em outros centros, como João Pessoa e Campina Grande.

QUADRO IV - GÊNERO E ESTADO CIVIL DOS RESPONDENTES QUE RESIDEM NA COMUNIDADE DO GRILO EM RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Gênero	Q	%
Homem	7	23.4
Mulher	23	76.6
Estado Civil	Q	%
Solteiro	6	20
Casado	18	60
Viúvo	2	6,7
Divorciado	4	13,4

Fonte: Trabalho de campo realizado em novembro de 2023.

Os 13.4% dos divorciados são mulheres com dois ou mais filhos, que vivem da agricultura e de programa do Governo Federal, o Bolsa Família, e uma delas vive sem renda para manter seus filhos, vivendo de ajuda da sogra, como mostra quadro abaixo.

QUADRO V – FAIXA DE RENDA DOS RESPONDENTES DIVORCIADOS QUE RESIDEM NA COMUNIDADE DO GRILO EM RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Renda familiar	Q	%
Até 1 salário mínimo	20	66.7
De 1 a 3 salários mínimos	9	30
De 3 a 5 salários mínimos	0	0
Sem renda	1	3.4

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2023.

As famílias levam uma vida simples, tendo como base da renda a agricultura para 60% dos entrevistados, embora 30% tenham renda entre 1 e 3 salários-mínimos justificado pelo fato de ter dois aposentados dentro de casa.

QUADRO VI - OCUPAÇÃO DOS RESPONDENTES QUE RESIDEM NA COMUNIDADE DO GRILO EM RIACHÃO DO BACAMARTE – PB

	Q	%
Agricultor	18	60
Aposentado	7	23.4
Bombeiro Civil	1	3.4
Merendeira	1	3.4
Servente de pedreiro	1	3,4
Desempregado	2	6.7

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2023.

Esta atividade agrícola sendo realizada de forma tradicional com a prática das queimadas, fazendo uso de corte de árvores para retirada de lenha para cozinhar os alimentos, para produção de carvão, tijolos manual e panelas de barro provocou, ao longo dos anos, a destruição da mata nativa e suas plantas e ervas medicinais que ali existiam e hoje são cultivadas principalmente nos quintais, restando quase nada da mata que ali existia. Há uma representação de 23,4% como pessoas aposentadas, mas, que ainda exercem a função de agricultor, pois alegam não conseguiu deixar de plantar quando bate a chuva molhando a terra seca, e alguns deles cultivam hortaliças em uma pequena área irrigada.

A Comunidade Quilombola Grilo está dividida em duas localidades, uma sendo o Grilo de Baixo, ainda com acesso em chão batido, e o Grilo de Cima, que recebeu nos últimos anos pavimentação com paralelepípedos chegando carros e motos com segurança, apesar da subida íngreme. Muitos moradores dessas duas partes do Quilombo Grilo, após a conquista das terras, passaram a construir suas moradias na ladeira que dá acesso ao Grilo de cima pela proximidade com o distrito de Serra Rajada e melhor acesso, deixando suas antigas vazias.

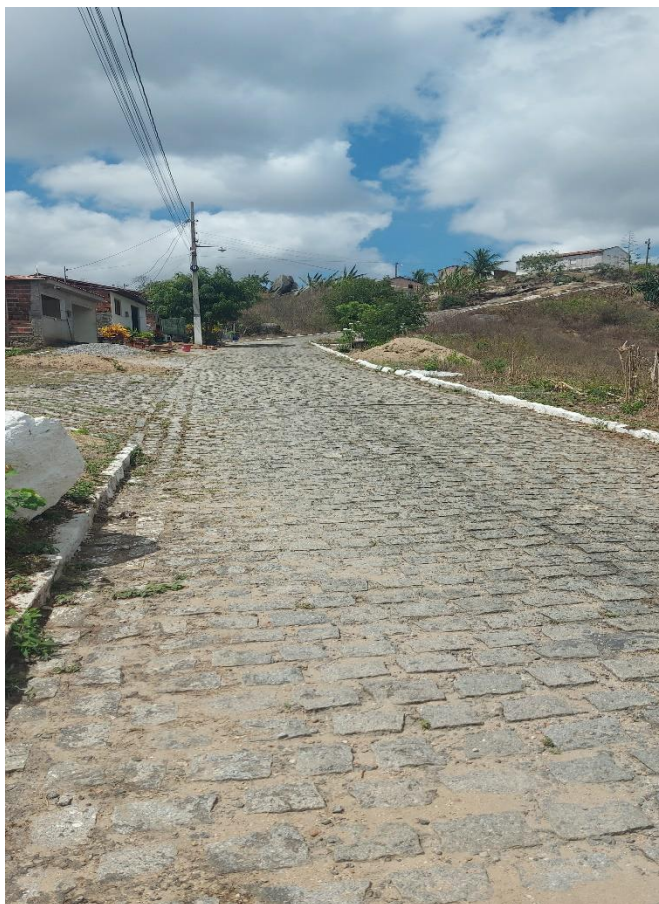


Foto 09: Acesso para o Grilo de Cima
Fonte: Autor, 2023



Foto 10: Pavimentação da Comunidade Quilombola Grilo
Fonte: Autor. 2023

A melhoria da qualidade do acesso a essa comunidade foi um grande passo para a melhoria da qualidade de vida e possibilitando uma melhor assistência na saúde e educação, mas ainda permanecendo um índice baixo de escolaridade quando 63.4% dos entrevistados não chegaram a concluir o ensino fundamental completo e ninguém teve acesso a uma universidade até o último dia da pesquisa. Resultado próximo ao encontrado por outros autores como Silva e Mariz (2019, p. 9-10), Maracajá (2013, p. 73-83) (quadro 7).

QUADRO VII – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS RESPONDENTES QUE RESIDEM NA COMUNIDADE DO GRILLO EM RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Grau de Escolaridade	Q	%
Não alfabetizado	1	3.4
Ensino fundamental anos iniciais	18	60
Ensino fundamental anos finais	1	3.4
Ensino médio incompleto	5	16.7
Ensino médio completo	5	16.7
Com graduação	0	0
Com pós-graduação	0	0

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2023.

Em trabalhos publicados sobre outras comunidades, estas apresentam resultados semelhantes quanto a escolaridade, como afirmado por Ferreira, Pasa e Nunez (2020, p.820), Souza (2019, p. 35) e Vieira (2019, p. 32).

Quanto ao acesso ao Sistema de Saúde, os moradores do Grilo de baixo e os que passaram a morar na ladeira de acesso ao Grilo de cima procuram mais a UBS, pela proximidade do que os que moram no Grilo de cima.

A UBS mais próxima fica no Distrito de Serra Rajada e a Farmácia Municipal de distribuição de medicação fica na sede do município, a aproximadamente 4 Km e com acesso de estrada de chão batido. Daí aumentar a necessidade de manter a tradição do uso de plantas medicinais, pois, na maioria das vezes é o único recurso para os moradores do Grilo, e principalmente para os do Grilo de cima, o que justifica um maior uso de plantas medicinais frente ao Grilo de baixo e dos moradores da ladeira de acesso ao Grilo de cima, como podemos ver ao responderem à questão abaixo, sabendo que responderam ao questionário 15 famílias do Grilo de cima do total dos 30 pesquisados.

1. *Quando adoecer alguém na família, procuram primeiro a unidade de saúde ou usam primeiro plantas medicinais?*

43.3% dos que responderam à pesquisa procuram primeiro a UBS e 56.7% responderam que usam primeiro as plantas medicinais e só depois, caso não tenha o efeito desejado, é que procuram a UBS. Resultado semelhante aos que autorreferenciaram possuir alguma comorbidade, sendo 33.4% com hipertensão arterial e 10% diabéticos, totalizando 43.4% comparando aos 43.3% dos que procuram primeiro a UBS quando enfermos.

QUADRO VIII – COMORBIDADES AUTORREFERIDAS PELOS RESPONDENTES QUE RESIDEM NA COMUNIDADE DO GRILO EM RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Comorbidades	Q	%
Hipertensão arterial	10	33.4
Diabetes	3	10
Sem comorbidades	17	56.7

Fonte: Trabalho de campo realizado em novembro de 2023.

2. Quando procura a UBS em algum momento é recomendado ou receitado plantas medicinais como forma de tratamento?

93.4% afirmam que nunca foram receitados esse tipo de tratamento, e 3.4% afirmou ter sido uma vez a muito tempo, e apenas um dos que responderam à pesquisa afirmou nunca ter ido a UBS para consulta, assim como também nunca recebeu uma visita de médicos ou enfermeiras por problemas de saúde, pois durante todos os seus 77 anos de vida, gozando de boa saúde, sempre se tratou com plantas medicinais, quando criança oferecido pela mãe dela e hoje com o que aprendeu com sua mãe segue no mesmo costume e mantém em seu quintal uma grande variedade de plantas medicinais, e o que não tem no quinta ela pega na mata.

O papel da UBS na manutenção desta tradição quilombola do uso de plantas medicinais é muito importante, pois faz parte de uma cultura secular sabendo que a UBS faz parte desta comunidade, mas, para isso se faz necessário qualificar esses profissionais para uma atuação segura e sem riscos para seus usuários.



Foto 11: Quintal de uma casa quilombola
Fonte: Autor, 2023

Para Martins e Nishijima (2010, p. 09) os quilombolas têm uma ótima noção de meio ambiente, assim como da importância de sua preservação, e da relação entre este e a saúde das pessoas, apesar da pouca escolaridade.

QUADRO IX – FORMA DE OBTENÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS PELOS RESPONDENTES DA COMUNIDADE DO GRILO EM RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Formas de obtenção	Q	%
Tem no quintal de casa	10	33.4
Com vizinhos	9	30
Tira na mata	4	13.4
Compra	3	10
Não usa	4	13.4

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2023.

Portanto, eles compreendem a necessidade de preservar suas tradições e manter os conhecimentos do uso das plantas medicinais e exemplares para uso quando necessário, uma vez que 63.4% cultivam em seus quintais ou buscam com seus vizinhos.

No pouco espaço ali concedido para uma vida em comunidade tradicional, quando vivem em um pouco mais de cem hectares de terra, quando este número deveria ser muito

maior para garantir a preservação da cultura local e do meio natural ali outrora existente e possibilitando uma rotatividade do manejo na extração de cascas, raízes, folhas e/ou sementes para a preparação dos chás, xaropes, garrafadas, dentre outros com fins medicinais (SILVA E MARIZ, 2019, p. 16)

Hoje com um acesso pavimentado até o Distrito de Serra Rajada, uma conquista recente, possibilita a implantação do turismo ecológico e cultural mais conservacionista, seria uma das alternativas para garantir a renda de seus moradores e possibilitar projeto de recuperação da cultura medicinal local e venderem esses produtos garantindo uma renda extra e permitindo a seus moradores manter seu estilo de vida e suas tradições evitando também a saída dos mais jovens deste local para os grandes centros em busca de trabalho.

A cultura Quilombola com suas tradições passada de geração a geração tem dentre elas o uso de plantas medicinais para fins terapêuticos (SILVA e MARIZ, 2019. p 3) e (OLIVEIRA. 2015, p.10-13), valorizar e reconhecer essa cultura é manter viva a história de um povo, o povo afrodescendente do Brasil.

3.3. A importância do papel do agente comunitário de saúde na comunidade quilombola

Lima (2017, p. 76) afirma que “A cultura quilombola e a valorização da identidade negra no Brasil, também são temas que vem ganhando espaço no campo científico”, tornando assim um rico espaço para estudo, sabendo que Silva e Mariz (2019, p. 8) apontam que na Comunidade Quilombolas Grilo entre as pessoas que fazem uso das plantas medicinais em sua maioria são de baixa renda, baixa escolaridade e com idade acima dos 50 anos, e sabendo que comunidades remanescente de todo país vem em luta por resgate, reconhecimento, e valorização de suas práticas tradicionais vindas na memória de seus ancestrais nos navios negreiros, este trabalho, assim como tantos outros já realizados por outros pesquisadores, se torna um registro vivo dessa tão rica cultura, muito embora não conste nos dados cadastrais do Agente Comunitário de Saúde (ACS) do Quilombo Grilo algum morador que faça uso de plantas medicinais, sabendo que a comunidade conta com 269 pessoas cadastradas no PEC, que são informações autorreferenciadas, mas, que chama nossa atenção, como pode ser observado em imagem a seguir.

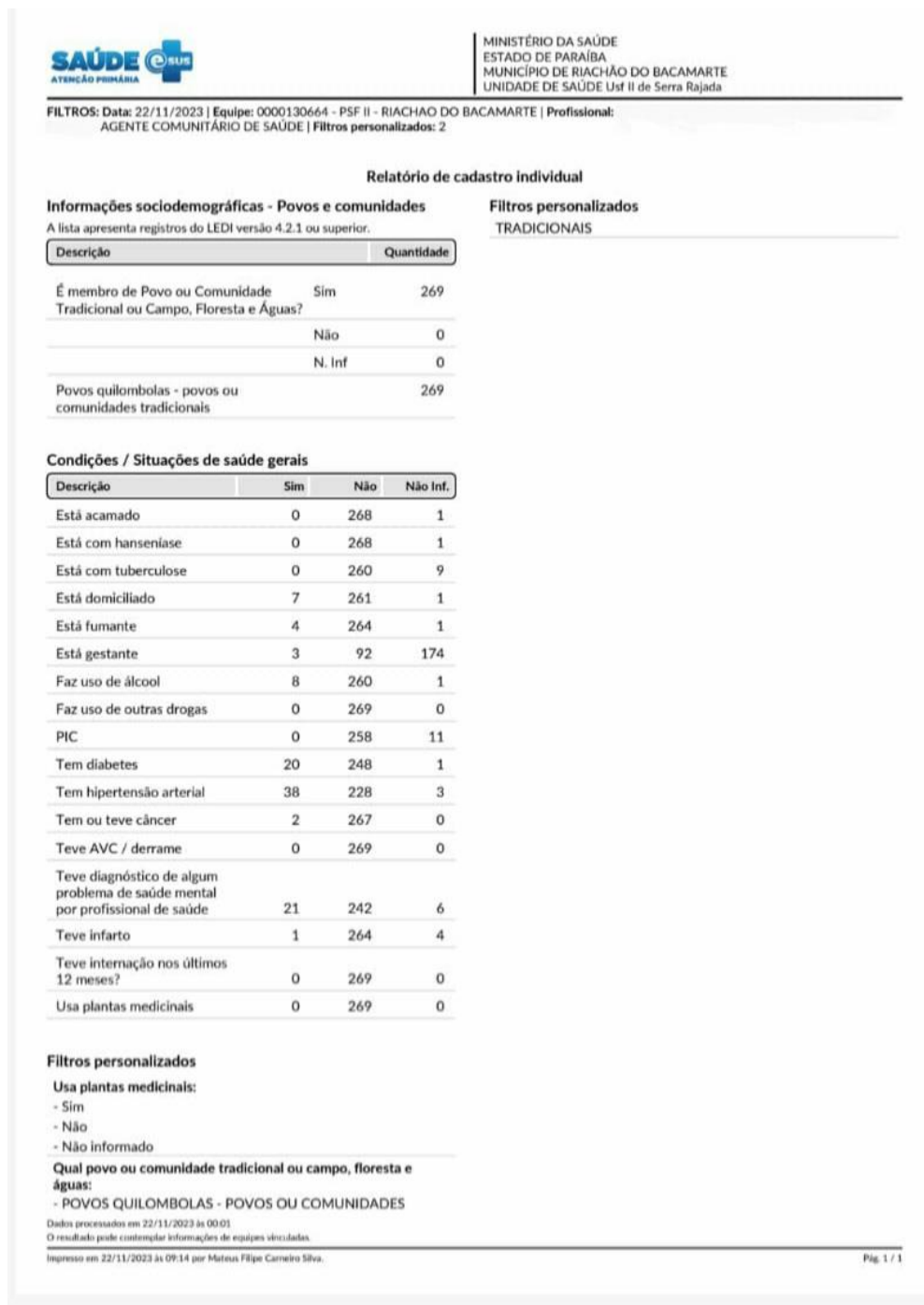


Figura 02: Relatório de cadastro individual
Fonte: PEC, 2023

Santos (2018, p. 33) afirma que em se tratando de saúde, as ações das comunidades corroboram para decisões e implantação de estratégias a fim de se chegar a um melhor nível de saúde e que para tanto tem que se garantir a participação popular na tomada de decisões.

Assim sendo, informações imprecisas ou mal coletadas podem levar a decisões que não condizem com a realidade local prejudicando as tomadas de decisões e a escolha da

melhor estratégia em saúde para aquela comunidade, uma vez que ao serem questionados quanto ao grau de satisfação no uso de plantas medicinais temos o seguinte resultado:

3. *Qual o seu grau de satisfação ao usar plantas medicinais como forma de tratamento de doenças, tendo como referência a melhora ou cura da doença?*

23.4% responderam muito satisfeitos, 50% responderam satisfeitos, totalizando 73.4%, e 13.4% afirmaram estar pouco satisfeitos com o resultado terapêutico e 13.4% afirmaram não fazer uso de plantas para fins medicinais.

Daí cabe ao ACS ficar atento a essas informações e principalmente naquela referentes a cultura local, no caso aqui em questão, o uso de plantas medicinais para fins terapêuticos, contradizendo pesquisadores Oliveira (2015, p. 3) constatou que 97% das mulheres da comunidade quilombola Furadinho em Vitória da Conquista – BA usam plantas medicinais, Silva e Mariz (2019, p. 12) afirmam que no Quilombo Grilo 90% dos entrevistados confirmaram fazer uso de plantas medicinais, Oliveira (2015, p. 12) em Vitória da Conquista, na Bahia, Aguiar (2013, p. 7-11) relata uso de plantas medicinais na comunidade de Morro Agudo em Araranguá – SC, ainda o mesmo autor atribui parte destes conhecimentos sobre a medicina tradicional com plantas medicinais também aos indígenas brasileiros, tornando questionável o relatório extraído no PEC.

Valorizar e respeitar a cultura local é uma das prerrogativas da função dos Agentes Comunitários de Saúde, coletar informações, e atuar mediante as características inerentes as comunidades tradicionais para uma relação de cooperação mútua na busca pela plena saúde de seus habitantes.

4. PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS UTILIZADOS

As plantas medicinais são aquelas com propriedades capazes de promover a cura de doenças ou apenas aliviar seus sintomas e de uso pela população ou comunidades, o resultado do preparo caseiro dessas plantas são os fitoterápicos, medicação caseira feita a partir de plantas medicinais, onde segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, (ANVISA, 2022, p. 6), uma planta medicinal possui deferentes substâncias que, se usadas corretamente atuam no organismo para a função de prevenção, tratamento ou cura de doenças.

Em comunidades tradicionais como os Quilombos, o difícil acesso e a experiência popular de seus moradores fazem com que o uso de plantas medicinais sejam a primeira alternativa por eles utilizado em caso de doença na comunidade.

A liberação por parte da ANVISA de plantas medicinais no Sistema Único de Saúde foi um avanço para que novos estudos fossem realizados nessa área, auxiliando na manutenção da tradição cultural desse uso em comunidades quilombolas, conforme afirma Silva e Mariz (2019, p. 3), que:

“Visando a facilitação e integração dessa prática, e de outras terapêuticas, no Sistema Único de Saúde, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) através da portaria nº 971 em maio de 2006, incluindo a fitoterapia como uma dessas abordagens”

Mesmo amparado pela ANVISA, muitos dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde que atendem as comunidades quilombolas não estão preparadas para atuar com essa alternativa terapêutica em seus atendimentos a essa população, que pelo condicionante financeiro e ainda pelo isolamento geográfico a eles condicionado fica a cargo dos mais velhos o preparo desses fitoterápicos, na maioria dos casos, por ser considerado sábio e mais experiente e conhecedor da utilidade das plantas medicinais associado a confiança conquistada ao longo dos anos vividos junto aos seus, embora a enfermagem tenha sido a pioneira no conhecimento das Práticas Interativas e Complementares no ano de 1995, hoje fora esteja fora da grade curricular da enfermagem. (VIEIRA, 2019, p. 15).

Para Argenta, Argenta, Giacomelli e Cezarotto (2011, p. 52),

“plantas são usadas como o único recurso terapêutico de uma parcela da população brasileira e de mais de 2/3 da população do planeta. Os

principais fatores que influenciam na manutenção desta prática são o baixo nível de vida da população e o alto custo dos medicamentos.”

Confirmando os achados de diversos autores acerca desta problemática na vida das pessoas e colocam como ponto divergente para tal prática as exigências para validação e aplicação sobre o olhar científico se contraponto as vezes ao saber popular. Ainda Vieira (2019, p. 16) concorda que não se deve desconsiderar a necessidade de conhecer a finalidade terapêutica, seus benefícios e riscos pelo usuário, de modo a ter autonomia de escolha para o melhor tratamento possibilitando menor dependência dos médicos.

Desta forma, Vieira (2019, p. 23) afirma que:

“Os profissionais de saúde, em especial a Enfermagem deve garantir assistência integral, individualizada, mantendo a autonomia para escolhas do cliente, disponibilizando o cuidado convencional e também as PIC como alternativas, sendo necessário para tal, conhecer a cultura da região que atuam, quais as plantas medicinais mais utilizadas e suas finalidades, para subsidiar a orientação em relação ao seu uso racional e seguro, aproximando o conhecimento popular do científico”

Portanto, enquanto trabalhador da saúde atuante em comunidade tradicional e afim de minimizar conflitos e possibilitar melhor integração entre moradores quilombolas usuários da UBS e a UBS, deveria aprimorar seus conhecimentos realizando especialização em PIC atendendo as necessidades local e contribuindo para a manutenção e conservação deste traço cultural local amplamente usado no Grilo ao responder à pergunta que segue.

4. *Com quem você aprendeu a utilizar plantas medicinais para fins terapêuticos?*

46.7% afirmam ter aprendido com seus avós, e 23,4% com a mãe, totalizando 70.1%, e sabendo que o uso da internet para esse fim representa 3.4% e 13.4% não fazem uso de plantas medicinais representam entrevistados entre 20 e 29 anos. E quanto ao preparo temos:

5. *Quando faz uso de plantas medicinais, como é feito seu preparo?*

60% usam na forma de chás, 43.3% como lambedor, 33.4% são garrafada, 3.4% usam para banho e 13,4% não fazem uso, destacando aqui 3 principais formas de uso pelas famílias quilombolas.

Desta forma, fica comprovado por este e tantos outros trabalhos o uso e a importância das plantas medicinais nessas comunidades e a catalogação da variedade de plantas medicinais cultivadas por elas é a prova viva da necessidade de um trabalho mais participativo entre

educação/saúde/quilombola, e não poderia ser diferente no Grilo dada a sua força cultural ao responder a questão a seguir resultando em uma atualização do levantamento das plantas medicinais existentes na Comunidade Quilombola Grilo.

QUADRO X – PLANTAS MEDICINAIS IDENTIFICADAS NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DO GRILO EM RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Nome Popular	Nome científico/família	Indicações terapêuticas
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L. (Rutaceae)	Dor
Aroeira-mansa	<i>Shhinus terebinthifolius</i> (Rutaceae)	Cicatrizante
Babosa	<i>Aleo vera</i> (L.) Burm. F. (Asphodelaceae)	Câncer
Banana Prata (mangará)	<i>Musa sapientum</i> (Musaceae)	Problemas respiratórios, rouquidão
Bom-nome	<i>Maytenus rigida</i> Mart. (Celastraceae)	Osteoporose
Cajueiro roxo	<i>Anacardium occidentale</i> L. (Anacardiaceae)	Anticéptico, anti-inflamatório, cicatrizante
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L. (Asteraceae)	Calmanete
Canela	<i>Cinnamomum cassia</i> L. (Lauraceae)	Problemas gastrointestinais
Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (Poaceae)	Calmanete
Coco catolé	<i>Syagrus cearensis</i> Noblick (Arecaceae)	Problemas na próstata
Colônia	<i>Alpinia speciosa</i> Schum (Zingiberaceae)	Febre
Endro	<i>Anethum graveolens</i> (Apiaceae)	Dor abdominal
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	Calmanete e melhora a digestão

	(Lamiaceae)	
Erva doce	<i>Pimpinella anisum L.</i> (Apiaceae)	Hipertensão arterial
Eucalipto	<i>Eucalyptus sp.</i> (Myrtaceae)	Problemas respiratórios
Goiabeira	<i>Psidium guajava L.</i> (Myrtaceae)	Problemas gastrointestinais
Hortelã-graúda	<i>Plectranthus amboinicus</i> (lour.) Spreng (Lamiaceae)	Problemas respiratórios
Hortelã da folha miúda	<i>Mentha crispa L.</i> (Lamiaceae)	Antiparasitário, problemas gastrointestinais, trombose
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril L.</i> (Fabaceae)	Problemas na Próstata, inflamação, Dor
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i> (Fabaceae)	Próstata, inflamação, dor
Laranjeira	<i>Citrus sinensis L. Osbeck</i> (Rutaceae)	Calmante
Louro	<i>Laurus nobilis</i> (Lauraceae)	Problemas gastrointestinais
Marmeleiro Branco	<i>Croton Floribundus</i> (Euphorbiaceae)	Problemas gastrointestinais
None	<i>Morinda citrifolia L.</i> (Rubiaceae)	Inflamação genital feminina
Saião	<i>Kalanchoe brasiliensis</i> <i>Cambess</i> (Crassulaceae)	Problemas respiratório
Mastruz	<i>Dysphania ambrosioides L.</i> (Amaranthaceae)	Tosse, pneumonia
Quixaba	<i>Sideroxylon obtusifolium</i> (sapotaceae)	Próstata, inflamação, dor
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruni</i>	Elimina cálculo renal

	(Phyllanthaceae)	
Romã	<i>Punica granatum L.</i> (Punicaceae)	Garganta inflamada e infecção urinária
Urtiga Branca	<i>Lamium Álbum</i> (Lamiaceae)	Problemas respiratórios

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2023.

Este quadro acima mostra 30 espécies de plantas medicinais cultivadas na comunidade, e usadas para fins medicinais e 4 adquiridas em feiras e mercados da região mostra a necessidade de ampliar o conhecimento sobre as plantas medicinais e seu uso, pois não foi citado a exemplo do juá, comum na região, entre outras.

QUADRO XI – PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS, MAS QUE SÃO COMPRADAS POR NÃO SEREM ENCONTRADAS NATURALMENTE NA COMUNIDADE DO GRILO EM RIACHÃO DO BACAMARTE - PB

Nome Popular	Nome científico/família	Indicações terapêuticas
Abacaxi	<i>Ananas comosus (L.) Merrill</i> (Bromeliaceae)	Problemas respiratórios
Barbatimom	<i>Stryphnodendron barbatiman</i> (Fabaceae)	Cicatrizante e tratamento de queimaduras
Boldo	<i>Plectranthus barbatus Andreus</i> (Lamiaceae)	Desconforto abdominal
Hibisco	<i>Hibiscus sabdariffa L.</i> (Fabaceae)	Diurético, auxilia no emagrecimento

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2023.

A busca por novas alternativas para tratamento de saúde faz com que os moradores adquiram novas ervas produzidas de outra localidade a exemplo do hibisco após tomarem conhecimento de suas propriedades diuréticas auxiliando no emagrecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados deste trabalho, observou-se que o uso de plantas medicinais faz parte do cotidiano da Comunidade Quilombola Grilo se tornando um recurso importante para o reestabelecimento da saúde. O conhecimento herdado de seus ancestrais no manuseio e finalidade das ervas, seja através de chás, garrafadas ou lambedores para as mais diferentes enfermidades mostram a importância do levantamento das plantas medicinais existentes nos Quilombos cultivada em seus quintais ou preservados nas matas valorizando e preservando os recursos naturais, fortalecendo a cultura local e mantendo uma tradição secular.

Desta forma, é de grande importância que os atores envolvidos estejam dispostos e preparados para o fortalecimento dessas práticas com envolvimento da escola local por meio da Secretaria Municipal de Educação, da UBS através de seus profissionais compreendendo a necessidade de conhecer esses saberes, identificá-los e montar estratégias que respeite a cultura local para que essa tradição tenha continuidade expandindo o uso de plantas medicinais ali existentes e que estão no anonimato associado ao conhecimento científico oferecendo um uso seguro desses fitoterápicos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. K., **IMPORTÂNCIA E USO DAS PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE DE MORRO AGUDO, ARARANGUÁ (SC)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC. Araranguá – SC. 2013.

Disponível em:

https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1027/monografia.leanny_karine_aguiar.pdf.pdf?sequence=1&isAllowed=y

ANVISA. Orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterpicos-e-plantas-medicinais.pdf>

ARGENTA, S. C., ARGENTA, L. C., GIACOMELLI, S. R., CAZAROTTO, V. S., **PLANTAS MEDICINAIS: CULTURA POPULAR VERSUS CIÊNCIA**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI – ISSN1809-1636, Vol.7, N.12: p.51-60, maio/2011. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/nepfhf/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf>

BARCELLOS, L., FARIAS, E., FONSECA, I., FLORES, E., RODRIGUES, J. M., **Diversidade Paraíba: Indígenas, Religiões Afro-brasileira, Quilombolas e Ciganos**. Ed. Grafset, 1ª ed., João Pessoa. 2014.

BRASIL. **Constitucionalidade da Regulamentação Quilombola**. Brasília. 2003.

Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4887&ano=2003&ato=d43MTVE5EeRpWTf21#:~:text=REGULAMENTA%20O%20PROCEDIMENTO%20PARA%20IDENTIFICA%C3%87%C3%83O,ATO%20DS%20DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20CONSTITUCIONAIS%20TRANSIT%C3%93RIAS>. Acesso em: 07.10.2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE**, Brasília.2022.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/riachao-do-bacamarte.html>

FERREIRA, A., **O Gladio, o chicote e os gritos que não ouviram da senzala: História e memória da escravidão na Vila do Ingá na segunda metade do século XIX**. Editora Cópias e Papéis. Queimadas – PB. 2017.

FERREIRA, A. L. S., PASA, M. C., NUNEZ, C. V., **A etnobotânica e o uso de plantas medicinais na Comunidade Barreirinho, Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, Brasil**.

INTERAÇÕES. V. 21, n4, p.817-830, out./dez. Campo Grande – MS. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/V9CqScBCstfmGdNTZczSLWq/?format=pdf>

FORTES, M. E., **Comunidades Quilombolas na Paraíba**. Cadernos Imbondeiros, INGRA. João Pessoa. 2015. Disponível em: periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/27579

GALLIZA, D. S., PORTO, W. M., **A Escravidão na Paraíba**. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP. 1999. Disponível em: <https://ihgp.net/pb5001.htm>

GIRALDI, M., HANAZAKI, N., **Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeira, Florianópolis, SC, Brasil.** Acta botânica brasileira. 24(2), p. 395-406.

Florianópolis – SC. Brasil. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/abb/a/DckNBTv5Dt4jYtF7ps6nWzL/?format=pdf&lang=pt>

JORGE, N., **HISTÓRIA DA ÁFRICA E RELAÇÕES COM O BRASIL.** FUNAG,

Brasília, 2018. (p. 77-90). Disponível em:

https://funag.gov.br/loja/download/Historia_da_Africa.pdf

LIMA, G. A. C. **PAISAGEM, TERRITORIALIDADE E PRÁTICAS CULTURAIS NO QUILOMBO GRILO – PB.** Revista GeoSertões, p. 76. Unageo/CFP-UFCG. Vol. 2, nº 4, jul./dez. Campina Grande – PB. 2017

LIMA, M. V. B., **LIBERDADE INTERDITADA, LIBERDADE REAVIDA: escravos e libertos na Paraíba escravista. (século XIX).** UFPE. Recife – PE. 2010. Disponível em:

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7610/1/arquivo845_1.pdf

LIRA, L. L., **História da Paraíba: A Conquista e a Fundação.** Algosobre. 2006. Disponível em: <https://www.algosobre.com.br/historia/historia-da-paraiba-1.2.-a-conquista-e-a-fundacao.html>

MARACAJÁ, M. S. L. **Território e Memória: a construção da territorialidade étnica da Comunidade quilombola Grilo, Paraíba.** (Dissertação de mestrado). João Pessoa: UFPB, 2013

MARTINS, L. A. R., NISHIJIMA, T., **PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS**,1, Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, p.09 nº. REGET – CT/UFSM. Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/2283/1387>. Acesso em: 15.02.2023

MATOS, S. F., **PLANTAS MEDICINAIS NO NORDESTE BRASILEIRO: biodiversidade e os seus usos.** Centro Universitário AGES. Paripiranga. 2012. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/d958c725-c5ff-4ed9-b1d1-6b0a9f7e2aca/content>

MONTEIRO, K. S., **AS MULHERES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA: Terra, Trabalho e Território.** UFPB, 2013. Disponível em:

http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/karoline_monteiro.pdf

NUNES, D. S., SOUSA, E. A., LIMA, I. A., PREIRA, M. P. B., **PLANTAS MEDICINAIS: UM RESGATE DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E CULTURAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.** Espaço & Geografia, Vol.18, Nº 2, 419:435 ISSN: 1516-9375. 2015. Disponível em:

https://www.prosaudegeo.com.br/_files/ugd/e4bdfd_f3945a3b856240db962430f44f4ddfe7.pdf

OLIVEIRA, L. R., **Uso popular de plantas medicinais por mulheres da comunidade quilombola de furadinho em Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.** Revista Verde de

Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. V.10. N. 3. p 25 – 31 jul – set. Pombal – PB. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/antho/Downloads/Dialnet-UsoPopularDePlantasMedicinaisPorMulheresDaComunida-7314964%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/antho/Downloads/Dialnet-UsoPopularDePlantasMedicinaisPorMulheresDaComunida-7314964%20(3).pdf)

RASPANTI. M. P., **Quilombos e Quilombolas**. História Hoje.com. 2014. Disponível em: <http://historiahoje.com/quilombos-e-quilombolas/>

REGO, J. L. FOGO MORTO. J. Olympio, Ed. 43 Rio de Janeiro. 1994.

REIS, J. J., GOMES, F. S., **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**. 1ª ed. Claro Enigma. São Paulo. 2012.

SANTOS, G. M. S., **O PAPEL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: UMA REVISÃO DA LITERATURA**. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande – PB. 2018. Disponível em: https://www.prosaudegeo.com.br/_files/ugd/e4bdfd_3c774289bbb145f4b71bc0b791bfb800.pdf

SILVA, T. G. L., MARIZ, S. R. **O USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NA PARAÍBA**. Instituto Medeiros de Educação Avançada – IMEA, p. 3 – 8. João Pessoa – PB. 2019

SILVESTRE. D. O., **O CONSTITUCIONAL E O REAL DA POLÍTICA REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE DE CAIANA DOS CRIoulos – ALAGOA GRANDE/PB**.

SOUZA, D. **Comunidades Quilombolas: Conceito, Autodefinição e Direitos**. Fundação Cultural Palmares. (p. 19099). Brasília. Brasil. 12/abril/2012.

SUNDFELD, C. A. **Comunidades Quilombolas: direito à terra**. Fundação Cultural Palmares/MinC, Editorial Abaré. Brasília, 2002.

UFPB/CCEN, João Pessoa. 2015. Disponível em: http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/diego_silvestre.pdf

VIEIRA, A. S., **CONHECIMENTO POPULAR DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR IDOSOS**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202348/TCC%20Conhecimento%20popular%20do%20uso%20de%20plantas%20medicinais%20por%20idosos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>